

IMPACTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE DECORRENTE DO FATOR CRÉDITO : 2009 – 2012

IMPACT ON EMPLOYMENT GENERATION IN THE CITIES OF STATE SERGIPE RESULTING OF CREDIT FACTOR: 2009-2012.

*PRISCILA JESUS MENDONÇA¹
TÁCITO AUGUSTO FARIAS²
MARCO ANTÔNIO JORGE³*

Resumo

O avanço empresarial e econômico fez com que as micro e pequenas empresas, necessitassem estar de acordo com o mercado global. E para isso são necessários recursos financeiros. A fim de atender as demandas do mercado, estes recursos podem ser obtidos por fontes próprias ou através de agentes financeiros que oferecem crédito. Diante das novas necessidades do mercado, as micro e pequenas empresas do estado de Sergipe têm buscado a tomada de empréstimos junto às instituições financeiras como forma de fomentar o seu desenvolvimento. Diante desse cenário, foi elaborado a seguinte problemática: o Banco do Nordeste do Brasil como fomentador do desenvolvimento na região nordeste tem auxiliado no crescimento das micro e pequenas empresas no estado de Sergipe na obtenção de empréstimos e financiamentos da produção e quais os impulsos gerados no estado? O presente estudo apresenta o método de pesquisa

quantitativo denominado análise de dados em painel com as variáveis operações de crédito: valor adicionado (agropecuária, indústria, serviços), população economicamente ativa, salário médio e emprego formal a fim de explicar o possível desenvolvimento gerado pelas micro e pequenas empresas sergipanas, ao obter crédito para financiar a produção no período de 2009 a 2012, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego dos municípios sergipanos. Os resultados obtidos, considerando as variáveis aplicadas demonstram que o crédito não tem impacto na geração de emprego. Para trabalhos futuros a proposta é de realizar um estudo regional considerando as demais instituições financeiras.

Palavras-chaves: Crédito; Micro e Pequenas Empresas; Instituições Financeiras; Sergipe.

Abstract

The business and economic advancement made the micro and small enterprises, they needed to be in line with the global market. And for that financial resources are needed. In order to meet the demands of the market, these resources can be obtained by own sources or through financial institutions that provide credit. Faced with the new needs of the market, micro and small companies in the state of Sergipe have sought borrowing from financial institutions as a way to foster its development. Given this scenario, we designed the following problems: Brazil's Banco do Nordeste as developers of development in the Nor-

¹ Mestre em Economia-UFS. <priscila@yahoo.com.br>

² Doutor em Economia – USP. <tacitoaugusto@ufs.br>

³ Doutor em Economia – FGV / SP. <marcojorge@ufs.br>



theast has helped in the growth of micro and small businesses in the state of Sergipe in obtaining loans and financing of production and which impulses generated in state? This study presents the quantitative research method called panel data analysis with the variables loans: value added (agriculture, industry, services), the economically active population, average wages and formal employment in order to explain the possible development generated by micro and small companies Sergipe, to obtain credit to finance production from 2009 to 2012 and to identify the impact of these operations on employment levels of municipalities in Sergipe. The results, considering the variables applied demonstrate that the credit has no impact on job creation. The proposal for future work is to conduct a regional study considering other financial institutions.

Keywords: Credit; Micro and Small Enterprises; Financial Institutions; Sergipe.

JEL: H11

INTRODUÇÃO

O avanço empresarial e econômico fez com que as micro e pequenas empresas, necessitassem estar de acordo com o mercado global. Hoje em dia, as informações são transmitidas com muita velocidade e se propagam por todo o mundo. As empresas que antes apenas precisavam buscar o que acontecia em torno da localidade em que estavam inseridas, hoje com a exigência dos clientes, precisam ir além e buscar parâmetros que atendam as expectativas dos clientes, seja com mais produtos, infraestrutura ou a oferta de mais serviços. E para isso são necessários recursos financeiros. A fim de atender as demandas do mercado, estes recursos podem ser obtidos por fontes próprias ou através de agentes financeiros que oferecem crédito.

A aquisição de crédito é uma opção de dívida para os agentes que estão necessitando de fundos, fato que pode acontecer para aquisição de bens, investimentos ou quando o seu dispêndio está superando a renda. Entre os agentes econômicos, os principais demandadores de fundos são dos mesmos grupos dos ofertadores, ou seja, os indivíduos, as famílias, as empresas e o governo. (SILVA, 2000)

Ainda de acordo com Silva (2000), as fontes onde as empresas buscam recursos financeiros são basicamente de três tipos: (a) fundos provenientes de seus sócios ou acionistas, (b) lucros gerados pelas suas operações e (c) dívida contraída. A partir destas fontes, cabe à decisão da empresa sobre como obter fundos para suprir alguma necessidade que, por ventura, necessite de rendimentos dos quais não dispõe no momento.

As pequenas e microempresas acabam optando pela decisão de tomar fundos emprestados, que dependerá do fato de que o preço desses fundos seja menor que o rendimento propiciado pela sua aplicação na empresa. Aquilo que chamamos alavancagem financeira.

Alavancagem Financeira consiste na prática de se captar recursos de terceiros para financiar investimentos dentro das empresas. Assim sendo uma estratégia tomada pela empresa na busca da maximização do retorno financeiro e adaptação às exigências do mercado, através da correta escolha das fontes de financiamento que comporão a estrutura de crédito da empresa. (TOMISLAV, 2005; LEITE, 1994)

No entanto, o crédito para a pequena e microempresa, normalmente faz parte das carteiras oferecidas pelos bancos sendo de um valor menor e pré-aprovado, não oferecendo margem para maiores recursos. Isso ocorre devido ao risco do crédito, o que leva a instituição financeira a fa-

zer uma avaliação considerando as possíveis situações futuras das conjunturas econômica, política e social do meio que a empresa se desenvolve, bem como as ações e reações da própria empresa ao mercado em que está inserida. (SECURATO, 2002)

As operações de crédito para estas empresas, apesar de seus empresários terem interesse em realizar empréstimo, muitas vezes esbarram na burocracia. Algo que dificulta a tomada de crédito, por parte dos dirigentes, é a obrigatoriedade de se ter um projeto informando o que se pretende fazer com o financiamento. A empresa no momento do empréstimo, a depender do valor do crédito que se pretende tomar, normalmente precisa mostrar à instituição financeira que o projeto do financiamento é viável, ou seja, uma espécie de garantia.

A garantia a ser oferecida pelas empresas de pequeno porte pode ser o plano de Negócios que é uma das ferramentas que pode ser usada para fazer este projeto. Alguns bancos solicitam que esse estudo de viabilidade do projeto seja realizado com uma ferramenta própria da instituição. Esta situação normalmente demanda mais recursos financeiros por parte da empresa. (SEBRAE/RS, 2012)

O risco do crédito está inserido cada vez que um banco concede um empréstimo ou financiamento. O risco de não receber, ou seja, o cliente que solicitou o empréstimo pode não cumprir a promessa de pagamento. As razões que podem levar o cliente ao não-cumprimento da promessa têm a possibilidade de estar relacionadas ao seu caráter, à sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores externos adversos ou à sua incapacidade de gerar caixa. Por este motivo, algumas operações devem ser respaldadas através de garantias que equilibrem e contrabalançam as fraquezas relacionadas às variáveis implícitas no risco de crédito. Entretanto, este não deve ser o fator

decisivo para um empréstimo ou um financiamento. (SILVA, 2000)

Silva (2000) coloca ainda que financiamento de bens de consumo duráveis para pessoas físicas e de capital de giro pelas empresas são exemplos de necessidades atendidas pelo mercado de crédito. Este segmento é definido como atendimento das necessidades dos agentes econômicos quanto a valores de curto e médio prazo. O fornecimento desses valores tende a ser feito através de intermediários bancários.

O foco deste estudo são as empresas, mais especificamente as pequenas e microempresas, a atual burocracia enfrentada por estas na aquisição de crédito, através da análise dos empréstimos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil a estas empresas no período de 2009 a 2012 no estado de Sergipe, e os benefícios e impactos nesse estado.

Diante das novas necessidades do mercado, as micro e pequenas empresas do estado de Sergipe têm buscado a tomada de empréstimos junto às instituições financeiras como forma de fomentar seu desenvolvimento. Em meio a esse cenário, foi elaborada a seguinte problemática: o Banco do Nordeste do Brasil como fomentador do desenvolvimento na região nordeste tem auxiliado no crescimento das micro e pequenas empresas no estado de Sergipe na obtenção de empréstimos e financiamentos da produção e quais os impulsos gerados no estado?

Os objetivos deste estudo irão definir conceitos que envolvem o crédito e mostrar a importância do para as micro e pequenas empresas; mostrar a situação atual do cenário do crédito em Sergipe; discutir a respeito dos motivos que levam às micro e pequenas empresas a necessitar de crédito para financiar a produção e o seu desenvolvimento; realizar uma análise de dados em painel para identificar as principais variáveis que impactam o nível de

emprego dos municípios sergipanos no período de análise.

LITERATURA TEÓRICA

Neste seção são observadas as definições de crédito, a classificação, importância do crédito e bancos para a economia.

As primeiras casas de crédito ou bancos como eram chamadas na idade média, averiguaram que nem todos os clientes que depositavam seus metais preciosos como ouro e prata, resgatavam os valores ao mesmo tempo. As pessoas mantinham, por segurança, os valores nestas casas de crédito. Ao mesmo tempo os mercadores, os primeiros empreendedores, necessitavam de recursos para expandir os negócios. Os bancos então passaram a emprestar os valores depositados em troca de remuneração pelo uso do capital, durante o tempo que este fosse utilizado. Nasce dessa forma então a operação de crédito e a expressão "juro". (BANCO DO BRASIL, 2014)

A palavra crédito deriva da expressão *credere*, um termo que traduz confiança, acreditar em algo, ou alguém. Da perspectiva financeira o crédito tem o papel de financiar um tomador de empréstimo que pode usar o recurso para fazer frente a despesas ou investimentos e financiar a compra de bens. O crédito funciona como o estabelecimento de uma relação de confiança entre duas (ou mais) partes numa determinada operação. (BANCO DO BRASIL, 2014)

O conceito de crédito abrange uma operação de crédito em que todo ato de vontade ou disposição de alguém de lançar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a outra pessoa, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, após decorrer o tempo estipulado. As operações de crédito são normalmente praticadas por instituições financeiras que assumem o risco de inadimplência

de obrigações assumidas contratualmente por clientes. (SCHRICKEL, 1997; ORTOLANI, 2000)

No entanto, a definição de crédito irá depender do contexto em que está inserido, pois pode ter diversos significados. Por exemplo, a palavra crédito num sentido restrito e específico consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento. (SECURATO, 2002; SILVA, 2000)

Securato (2002) pontua o crédito em seu cerne, ou mais necessariamente a operação de crédito, como uma intervenção de empréstimo que sempre pode ser considerada dinheiro, ou no caso comercial o que equivale a dinheiro, sobre o qual incide um custo que é denominado juros. Os juros consistem na quantia que é paga além do que foi emprestado, ou seja, é o lucro da entidade que emprestou o capital.

Pode-se entender o empréstimo do crédito como uma operação nos quais capitais oficiais ou privados, nacionais ou estrangeiros, são cedidos mediante cláusulas e condições, definidas em contratos, quanto a sua aplicação, juros, prazo de vigência, épocas de pagamento ou reembolso. A instituição financeira compra uma promessa de pagamento, pagando ao tomador um determinado valor, para no futuro receber um valor maior. (SILVA, 2000)

Dentro do exposto o crédito possui diversos conceitos, mas basicamente é uma relação de confiança entre um agente que possui maior quantidade de recursos financeiros e decide repassar esses valores para outro agente, que poderá aplicar da forma que melhor o convenha. Entretanto, dentro de um prazo definido o valor deve ser remunerado integralmente, podendo auferir ganhos a mais preestabelecidos.

O crédito, que está presente nas diversas situações que são extremamente comuns a qualquer pessoa, traz alguns exemplos: empréstimos

peçoais, empréstimos para as empresas, e outras operações de crédito. Estas podem ser entendidas como empréstimos no sentido de que recursos que são disponibilizados imediatamente ao tomador pelo doador, o tomador realiza uma operação que se obriga a pagar o recurso contraído e em seguida pelo prazo e juros contratados o tomador pagará o recurso até o vencimento, ao menos é o que o doador espera. (SECURATO, 2002)

Brusky e Fortuna (2002) enumeram as opções que são bastante amplas de aquisição de crédito: fiado, crediário, cartão de crédito, cartão de financeira, cartão de loja, cheque pré-datado, cheque especial, dentre outras opções. Pensando nessas necessidades foi criado um mecanismo a fim de facilitar a aquisição de recursos financeiros.

Conforme citado acima as classificações de crédito acabam por se enquadrar nas operações de empréstimos, quando examinado do ponto de vista do perfil do tomador de recursos. Nessa análise, Securato (2002) destaca que o crédito está em diversas ocasiões do nosso dia a dia, a exemplo dos empréstimos pessoais e empréstimos para empresas.

Securato (2002) classifica o crédito em público ou privado, onde: a) crédito público: tem origem nas necessidades de cobertura dos gastos governamentais, tanto de custeio como investimento. Em geral, este crédito é obtido por meio da emissão de papéis ou títulos, que caracterizam obrigações com prazos e juros definidos; b) crédito privado: tem origem na necessidade de recursos das empresas dos mais variados setores, para cobertura de capital de giro ou para investimentos visando à continuidade e crescimento de seus negócios. O crédito privado também se estende às pessoas físicas, no mesmo sentido das jurídicas, para suprir necessidades imediatas

de caixa ou para antecipar consumo ou investimento.

Dentro desta classificação ainda há diversas outras subdivisões, conforme a utilização final pelo tomador do empréstimo, tais como o crédito bancário: quando o doador de recursos é um banco; o crédito imobiliário: quando os recursos tomados têm como objetivo a aquisição de imóveis; o crédito agrícola: quando os recursos tomados têm o objetivo de financiar recursos e culturas do ramo agropecuário; o crédito ao consumidor: quando os recursos tomados são destinados à aquisição de bens duráveis. Existe ainda o crédito educativo, crédito para pequenas e médias empresas, enfim, um conjunto de linhas de crédito específicas para as necessidades dos vários perfis de clientes. (SECURATO, 2002)

Existem também os financiamentos que são valores liberados pelo credor para serem aplicados pelo devedor com objetivo de aplicação em bens móveis como veículos, máquinas, equipamentos e imóveis que podem ser unidades habitacionais ou plantas industriais. As principais modalidades de financiamentos oferecidas pelo mercado são divididas para pessoa física e para pessoa jurídica. (ORTOLANI, 2000)

O crédito direcionado é um tipo de financiamento voltado para um fim específico, os três principais grupos de acordo com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) são as operações do BNDES, o crédito habitacional e o crédito rural. (BACEN, 2011)

Ortolani (2000) mostra as diversas modalidades de financiamentos para pessoa física e jurídica, por exemplo: a) crédito direto ao consumidor (CDC); b) *Leasing* ou arrendamento mercantil, em suas várias modalidades; c) Repasses BNDES por meio dos produtos Finame (Financiamentos de máquina e equipamentos), direcionados à aquisição de máquinas e equipamentos; BNDES

Automático e Finem (Financiamento de empreendimentos) direcionados a financiar projetos e empreendimentos.

O cartão de crédito também é uma forma de crédito bastante comum nos dias atuais, destinado como forma de pagamentos que envolvem uma complexa rede de empresas e contratos. (CARTILHA – CARTÃO DE CRÉDITO, 2014)

O BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social) possui um cartão destinado a facilitar a compra de diversos produtos como máquinas e equipamentos para as micro, pequenas e médias empresas. As taxas de juros são as mais baixas praticadas no mercado e existe um catálogo onde as empresas se cadastram para fornecer os produtos para que outras empresas adquiram. (BNDES, 2014)

Com a globalização mudou-se muito a economia mundial. As empresas começaram a atingir novos mercados, tornando-se mais competitivas, e a tecnologia evoluiu de forma a agilizar os processos de produção. Contudo, essa evolução resultou na diminuição da mão de obra, e como consequência disso, cresceu o número de desemprego estrutural, motivando as pessoas que estão de fora do mercado de trabalho a abrirem seu próprio negócio.

O fato é que a maioria das pessoas de baixa renda não possui acesso direto ao setor bancário. No entanto, essas pessoas procuram atender as suas necessidades financeiras em outros serviços que são variados e que estão ao seu alcance (GOIS e SANTOS, 2011).

Para abrir um novo investimento precisa-se de “dinheiro” ou assistência financeira. Para diminuir a informalidade surgem instrumentos que facilitam a vida dos futuros empresários. Estes instrumentos são os programas de microcrédito oferecidos por instituições financeiras como BNDES (Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil), dentre outros.

No caso das microempresas, a análise de crédito é ainda mais complexa devido à falta de informações financeiras que estas empresas possuem que são escassas. Sendo a análise do crédito, muitas vezes, confundida com a dos próprios proprietários ou, ainda com a renda por eles complementada. (SECURATO, 2002)

Silva (2000) ainda destaca que existem outros parâmetros básicos utilizados para orientar a concessão do crédito à pessoa jurídica que são norteados nos chamados C's do Crédito, enumerados pelos autores Weston e Brigham, no livro *Managerial Finance*, como sendo o caráter, as condições, a capacidade, o capital e o colateral. O autor Silva (2000) acrescenta ainda outro C o Conglomerado.

As considerações dos chamados C's são: o Caráter refere-se à intenção do devedor (ou mesmo do garantidor) de cumprir a promessa de pagamento; a Capacidade administrativa envolve o gerenciamento da empresa em sua plenitude, especialmente quanto à visão de futuro; o Capital abrange a análise financeira e patrimonial do tomador de recursos; o Colateral refere-se às garantias e são tratadas como decorrência de risco que o cliente representa; o Conglomerado expressa a necessidade de um exame conjunto do conglomerado de empresas com inter-relacionamento societário em que a soli-

citante de crédito se insere, visto que o problema em cada uma delas poderá refletir-se nas demais situações, caracterizando o que no mercado financeiro é conhecido como "efeito dominó". (SILVA, 2000)

Com foco na assistência das políticas públicas na obtenção de crédito, é percebido um desenvolvimento da região onde estão inseridas tais políticas. Llorens (2001) pressupõe um desenvolvimento econômico através de ações integradas nas dimensões econômica, sócio-cultural, ambiental e político-institucional, através da criação de ambientes favoráveis capazes de proporcionar um crescimento adequado com melhoria na qualidade de vida da população.

A importância dos bancos é de grande relevância dentro da economia, pois o Sistema Financeiro Nacional, através dos bancos, aproxima os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária dos agentes com situação orçamentária deficitária. Os agentes com posição deficitária necessitam de recursos para atenderem as suas necessidades de consumo e investimentos, enquanto que os agentes com situação superavitária precisam de alternativas para aplicar seus excedentes de recursos. (SILVA, 2000)

Silva (2000) destaca ainda que através dos instrumentos e as instituições do Sistema Financeiro Nacional, estes viabilizam seus recursos para que os dois tipos de agentes

econômicos (superavitários e deficitários) possam ter as suas expectativas atendidas, e desta forma estimula a elevação das taxas de consumo e de investimentos. E consequentemente adquire-se maior produção e maior demanda agregada.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é integrado por instituições públicas e privadas que têm como objetivo intermediar o fluxo de recursos entre os agentes econômicos, além de formular as políticas monetárias e de crédito da economia. No Brasil, o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão que define normas e diretrizes de funcionamento do sistema e formula as políticas monetárias e de crédito da economia. (SOBRAL E PECCI, 2008)

Sobral e Peci (2008) ainda explicam que vinculados ao CMN está duas entidades supervisoras do funcionamento dos mercados e suas instituições: o Banco Central do Brasil (BACEN) que atua como órgão executivo, fiscalizando e executando a política monetária do governo e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que regula e controla o mercado de valores mobiliários, a bolsa de valores.

Apresenta-se o quadro abaixo com os principais tipos de instituições e o perfil das operações de crédito que fazem parte dos produtos que essas instituições estão autorizadas a operar:

Quadro 1 – Tipos de instituições financeiras e produtos

(continua)

Tipo de instituição	Produtos
Bancos Comerciais	Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
Bancos de Investimento	Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros.

Tipo de instituição	Produtos
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959. São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro.
Bancos de Desenvolvimento	Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.
Agências de Fomento	As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.
Cooperativas de Crédito	As cooperativas de crédito se dividem em: singulares, que prestam serviços financeiros de captação e de crédito apenas aos respectivos associados, podendo receber repasses de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado financeiro; centrais, que prestam serviços às singulares filiadas, e são também responsáveis auxiliares por sua supervisão; e confederações de cooperativas centrais, que prestam serviços a centrais e suas filiadas.
Caixas Econômicas	A Caixa Econômica Federal trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal.

Fonte: (SECURATO, 2002, p. 23; COMPOSIÇÃO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010) adaptado e atualizado.

Os bancos com o serviço de repasse e/ou da administração do dinheiro de Pessoas Físicas e Jurídicas propiciam possibilidades de aplicação destes recursos dentro da economia local onde está inserida. Esses agentes atuam na forma de controle, administradas através de normas governamentais e aplicadas através do BACEN (Banco Central do Brasil), conforme Ortolani (p. 18, 2000) destaca:

No âmbito macroeconômico, quando há interesse em estimular o consumo para elevar as taxas de crescimento e/ou manter/ elevar o nível de emprego, o governo atua por meio de mecanismos que aumentarão a liquidez da economia e a oferta do crédito, como o *open Market* e os depósitos compulsórios,

aumentando a disponibilidade de recursos e influenciando as taxas de juros. Por outro lado, quando o nível da demanda agregada passa a representar uma ameaça ao controle inflacionário, o governo pode utilizar-se dos mesmos mecanismos para reduzir a liquidez do sistema financeiro ou, por meio de normas do BACEN (Banco Central do Brasil), reduzir prazos para créditos pessoais, com o intuito de inibir a inflação de demanda provocada pela antecipação de consumo que as facilidades creditícias propiciam.

O segmento financeiro tem uma influência estratégica para a política econômica adotada pelo governo. Neste segmento, determinados objetivos podem ser alcançados através dos preços pagos pelos serviços fi-

nanceiros, influenciando na competitividade do mercado. O setor de serviços na área financeira contribui de forma representativa no PIB (Produto Interno Bruto) de um país. A função da intermediação financeira é uma forma concisa que abrange os diversos outros segmentos da atividade econômica de um determinado local.

Existem outros referenciais que destacam a importância do segmento financeiro no contexto socioeconômico de um país, tais como: a quantidade de instituições e seus respectivos pontos de atendimento, o total de ativos, o volume de empregos, de salários e de impostos. (SILVA, 2000)

Resumidamente, o M.N.I. – Manual de Normas e Instruções do

Banco Central do Brasil – estabelece a área de cada tipo de instituição financeira da seguinte forma: o conceito de empréstimo admite a possibilidade de existência de garantias diferenciadas e a posição doadora é prerrogativa das instituições financeiras, tais como Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Financeiras, Caixas Econômicas e Bancos de Desenvolvimento.

PANORAMA DO CRÉDITO E A ATUAÇÃO DOS BANCOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM SERGIPE

O estado de Sergipe é composto por 75 municípios em uma área de 21.915,116 Km². Esta extensão territorial o torna o menor estado da federação, ocupando apenas 0,26% de todo o território nacional. A população adulta estimada em 2013, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 2.195.662. Apesar do tamanho territorial pequeno o estado possui uma dinâmica econômica.

No ano de 2012 no estado de Sergipe o setor primário respondia por 4,2% do valor adicionado bruto da economia sergipana, o setor secundário representava 28,9% e o setor terciário 66,9%. Um dos principais pontos do estado de Sergipe para a economia é a extração de riquezas minerais como o petróleo, gás natural e outros minérios como a silvinita e carnalita. (OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2012)

Carneiro (2010^b) explica que o estado possui, ainda, importantes jazidas de calcário que fizeram com que fosse o maior produtor de cimento do Nordeste, e o quinto maior produtor do Brasil. No entanto, o autor mostra que os segmentos de maior importância na geração do Valor de Transformação industrial de Sergipe são quatro: produtos ali-

mentícios e bebidas, produtos químicos, produtos minerais não-metálicos e produtos têxteis e de confecção.

Para a realização dessas atividades que o Estado desempenha na economia através das atividades da indústria, comércio e serviço é necessário o apoio dos agentes financeiros para as atividades empresariais. Entretanto, Ventura (2013) observa que em 2010 vinte e cinco municípios de Sergipe não possuíam agências bancárias em seu território, o que representa um terço dos municípios sergipanos sem agências bancárias.

O autor também mostra através de dados de dezembro de 2010 extraídos do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras que têm maior participação com agências no território sergipano e conseqüentemente as mais utilizadas pela população, tanto Pessoas Físicas e Jurídicas, que são:

Tabela 2 – Total de agências dos bancos públicos, estado de Sergipe.

Nome da Instituição	Total de Agências no território Sergipano
Banco do Estado de Sergipe S.A	64
Banco do Brasil S.A.	44
Caixa Econômica Federal	18
Banco do Nordeste S.A.	15

Fonte: Ventura (2013, p. 49)

Ventura (2013) destaca a contribuição do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que em 2010 possuía 64 agências distribuídas pelo estado sendo desta forma a instituição que mais disponibilizou pontos de acesso aos cidadãos sergipanos. Importante ressaltar que o BANESE tem destaque dentro da economia de Sergipe, mesmo após a reestruturação do sistema bancário ocorrido no pós-real e a extinção de vários bancos estaduais. O volume de crédito total de Sergipe foi de R\$ 5,0 bilhões em dezembro de 2010, valor que corresponde a apenas 4,7% e a 0,34% das operações de crédito realizadas, respectivamente no Nordeste e no Brasil.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), tem como finalidade maior desenvolver e fomentar a região Nordeste sendo uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19 de julho de 1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

A missão do Banco do Nordeste do Brasil é atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como banco público competitivo e rentável, a visão ser o banco preferido na região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável e os valores são: justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, sustentabilidade, compromisso, confiança, civilidade, transparência, igualdade e respeito.

O ano 2006 marcou a consolidação da trajetória de crescimento das operações de empréstimos e financiamentos, com a contratação de operações globais que somaram R\$ 7,3 bilhões, sendo de R\$ 4,6 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A atuação do Banco do Nordeste em Sergipe é ampla e atende o estado através de 14 (catorze) agências localizadas na capital Aracaju e nos municípios de Boquim, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Simão Dias e Tobias Barreto. Além da atuação através dos postos de atendimentos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) teve a regulamentação ocorrida por meio da Lei 7827, de 27 de setembro de 1989 dando início a operacionalização desses recursos através do Banco do Nordeste (BNB), promovendo um fluxo crescente de investimentos nos setores produtivos da Região, com relevantes impactos econômicos e sociais. O FNE está completando 25 anos em 2015 desses investimentos na região Nordeste, por meio do Banco do Nordeste, em um processo de evolução que mescla o fortalecimento e a atualização do próprio Banco com possibilidades de apoio ao desenvolvimento regional. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

As aplicações do FNE são norteadas por programações anuais que espelham a cada ano as atualizações do marco regulatório dos fundos constitucionais, as políticas públicas federais e estaduais, assim como as mudanças geradas pela dinâmica socioeconômica regional e nacional. As variáveis de recursos apresentadas de distribuição dos recursos refletem prioridades da política de financiamento, como por exemplo, a alocação de 51% dos recursos para beneficiários de menor porte. Desse

modo, o FNE consubstancia a atuação do Banco no Nordeste do fomento do desenvolvimento regional, provendo financiamentos ao setor produtivo. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

O processo de desenvolvimento regional requer a convergência de um conjunto de fatores, capazes de impactar positivamente a dinâmica econômica local, de forma a elevar os efeitos multiplicadores do investimento produtivo na Região, a exemplo de formação de capital humano; investimento em Ciência e Tecnologia; cooperação técnica e econômica entre diversos atores; investimento adequado em infraestrutura. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

A convergência desses fatores é capaz de criar também uma ambiência favorável ao crédito que viabilize os investimentos produtivos necessários para fazer face aos objetivos de desenvolvimento regional da política pública de financiamento representada pelo FNE, que disponibiliza recursos com condições adequadas ao financiamento de longo prazo para todos os setores econômicos. A partir do ano de 2009, em Sergipe, foram disponibilizados recursos internos do Banco denominado através da sigla RECIN. (Programação Regional FNE, 2015)

A atuação do Banco do Nordeste oferta capital de giro às micro e pequenas empresas contribuindo para a consolidação e o crescimento e para a diminuição da mortalidade dessas empresas. Sabendo disso, o Banco do Nordeste disponibiliza para essas empresas um conjunto de produtos, entre os quais está o capital de giro que possivelmente é de suma importância para empresas desse porte de acordo com as necessidades que pode ser desde a cobertura momentânea emergencial de déficits de caixa até a aquisição de insumos e matérias-primas relacionados com a atividade. Todos estes

produtos possuem taxas menores que se diferenciam no mercado.

METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS

Após as análises teóricas sobre o crédito e as pequenas e micro empresas, resta buscar variáveis adequadas para a construção de um modelo visando ao teste empírico da hipótese de que existe um impacto no nível de emprego e desenvolvimento na região de análise, no caso os municípios sergipanos, gerado devido à obtenção de crédito através do Banco do Nordeste do Brasil, para financiar a produção ou outros investimentos nas micro e pequenas empresas.

Assim, o presente capítulo tem por objetivo descrever a elaboração do modelo, incluindo a seleção de variáveis e a apresentação do método empregado. O estudo de trabalho científico objetiva, de forma clara e sucinta, apresentar os resultados de uma pesquisa original completa ou os seus resultados parciais; aqui se utilizou o método de pesquisa quantitativo denominado análise de dados em painel que é um tipo especial de dados combinados, nos quais a mesma unidade (nesse estudo são os municípios do estado de Sergipe) em corte transversal (coleta de informações de uma ou mais variáveis no mesmo ponto do tempo) é pesquisada ao longo do tempo, no estudo as variáveis foram observadas ao longo de 4 (quatro) anos. (GUJARATI, 2006; MALHOTRA, 2001)

Fontes de Dados e Variáveis

Os dados coletados para o processo da análise são de caráter não experimental, ou seja, não controlados pela pesquisadora. Quanto ao processo de amostragem, a população alvo foi às micro e pequenas empresas dos 75 municípios de Sergipe

que receberam crédito no período de 2009 a 2012, os setores da economia estudados foram: agrícola que abrange pecuária e agroindústria, indústria e serviços (que foi unido ao comércio). Para nos assegurarmos de que quaisquer fatores que afetam o nível de emprego e desenvolvimento na região de análise estão sob controle é necessário selecionar outros fatores que podem influenciar o objeto de estudo.

Diante do exposto o modelo básico a ser estimado confrontará o emprego formal, a operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) foi escolhida esta instituição financeira por ser um fomentador e ferramenta de desenvolvimento dentro da região Nordeste pelo governo, a geração de valor agregado, a PEA (População Economicamente Ativa) e a remuneração média nominal todos por município e referentes ao período.

Os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados e os motivos que levaram a esta escolha foram em primeiro lugar operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com a finalidade de estudar o quanto essas operações podem afetar diretamente ou indiretamente na criação de emprego formal, como variável independente.

Seguido do emprego formal através da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) como variável dependente. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), todo mercado tem compradores e vendedores e o mesmo ocorre no mercado de trabalho em que qualquer caso onde as tomadas de decisão dos particulares são influenciadas pelo comportamento e decisões dos outros.

As informações da População Economicamente Ativa (PEA

que foi colhida na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que refere-se à força de trabalho todas as pessoas com idade economicamente ativa, nesse estudo foi considerado de 15-64 anos, disponíveis no mercado de trabalho também afeta a variável estudada (EHRENBERG; SMITH, 2000)

A remuneração média nominal foi extraída da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). No mercado de trabalho as ações dos compradores e vendedores servem tanto para distribuir como para estabelecer os preços de mão-de-obra, do ponto de vista social pode atuar como sinais ou incentivos na distribuição, do ponto de vista do trabalhador são importantes na determinação da renda, ou seja, do poder de compra.

Dessa forma, o salário pode afetar o emprego formal devido ao fato de que quanto maior a remuneração da mão-de-obra menor o interesse as empresas em contratar empregados, em função do aumento dos custos que isso acarreta. Por outro lado, maior o incentivo para que um contingente maior de indivíduos participe do mercado de trabalho. (EHRENBERG; SMITH, 2000)

A geração de valor agregado foi retirada do Observatório de Sergipe, dados econômicos, esta informação pode afetar a variável estudada emprego formal, pois a economia ativa favorece as contratações de empregados. Já em um contexto de desaquecimento econômico, diante de uma fraca demanda por seus produtos ou serviços, as empresas tendem a não contratar funcionários. Valor agregado é uma variável denominada derivada, que traduz conceitos econômico-contábeis que opera com dois referenciais para agregação de dados o Valor Bruto da Produção

(no caso o valor do Produto Interno Bruto do estado de Sergipe) menos os custos e despesas operacionais. (IBGE, 2015). Na seção seguinte será feita a análise descritiva dos dados e dos resultados painel.

Análise dos Dados e dos Resultados

Diante do exposto na seção prévia, o modelo básico a ser estimado confrontará o emprego formal, a operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), a geração de valor agregado, a PEA (População Economicamente Ativa) e a remuneração média nominal todos por município e por setores da economia (setor de serviços que está unido ao comércio, agrícola e indústria) referentes ao período de 2009 a 2012. Abaixo segue o modelo estimado:

$$Y = \alpha_0 + \alpha_1 \cdot X_1 + \alpha_2 \cdot X_2 + \alpha_3 \cdot X_3 + \alpha_4 \cdot X_4$$

Onde:

Y= emprego formal

X1= operação de microcrédito

X2= geração de valor agregado

X3= remuneração média nominal

X4= população economicamente ativa

O modelo propõe apresentar se há influencia do crédito que é concedido as micro e pequenas empresas no emprego formal nos principais setores da economia que são: serviços (que foi unido ao comércio), indústria e agrícola (que abrange a pecuária).

Primeiramente os dados foram tratados através do Programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) que para o Windows é *software* de análise estatística e tratamento de

dados vocacionado para as ciências sociais (e.g. Psicologia, Sociologia, Economia, Gestão, Turismo, entre outras). (MARTINEZ E FERREIRA, 2007)

Adiante as matrizes de correlações e informações para a aplicação do modelo para cada um dos setores propostos. Que foram geradas pelo programa SPSS, as análises dos resultados, testes aplicados para averiguação dos resultados e informações. Após esse tratamen-

to dos dados são feitas análises do programa STATA que será feito em matriz robusta para as correções da heterocedasticidade e os testes para identificação do modelo. Seguida das tabelas com as matrizes geradas pelo programa STATA e análises dos resultados.

a) Setor agrícola

A figura 1 ilustra a correlação entre as quatro variáveis independentes estudadas para o setor agrí-

cola operações de microcrédito, valor adicionado, salário e população economicamente ativa na relação com a variável dependente que é o emprego formal para o setor agrícola. Analisando a figura observa-se que as variáveis que influenciam com maior intensidade no emprego formal são valor adicionado e população economicamente ativa. A operação de microcrédito não é significativa na relação com o emprego formal.

Figura 1 - Matriz de correlações de Pearson - Setor agrícola

		opmicragr	vaagr	salarioagr	Peaagr
Opmicragr	Pearson Correlation	1	,060	,279(**)	,035
	Sig. (2-tailed)		,417	,000	,639
	N	184	184	181	184
Vaagr	Pearson Correlation	,060	1	,114	,331(**)
	Sig. (2-tailed)	,417		,050	,000
	N	184	300	296	300
Salarioagr	Pearson Correlation	,279(**)	,114	1	,265(**)
	Sig. (2-tailed)	,000	,050		,000
	N	181	296	296	296
Peaagr	Pearson Correlation	,035	,331(**)	,265(**)	1
	Sig. (2-tailed)	,639	,000	,000	
	N	184	300	296	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 2a – Resultado da regressão pooled – Setor agrícola

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	1,000 ^a	1,000	1,000	4,333	2,153

a. Predictors: (Constant), peaagr, opmicragr, vaagr, salarioagr

b. Dependent Variable: empagr

Figura 2b - Resultado da regressão pooled – Setor agrícola

		Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-,370	2,180		-,170	,865		
	opmicragr	-1,5E-006	,000	-,001	-1,025	,307	,919	1,088
	vaagr	-6,8E-008	,000	-,002	-2,365	,019	,888	1,126
	salarioagr	,002	,004	,001	,654	,514	,857	1,167
	peaagr	1,007	,001	1,000	1170,855	,000	,836	1,197

a. Dependent Variable: empagr

Neste modelo observamos o $R^2=1$, ou seja, as variações das variáveis PEA e Valor Adicionado explicam 100% do emprego formal. Sendo que para este modelo do setor agropecuário não há problema de multicolinearidade. Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{calc} = 2,153$. Para $k=4$ e $n = 100$, $DW_L = 1,59$ e $DW_U = 1,76 \Rightarrow$ como $D = 2,153 < 2,24$ não há autocorrelação de resíduos.

Os resultados do teste de White para a detecção da heterocedasticidade foi: $R^2 = 0,981 \times 300 = 294,3 > c^2$ para $n = 50$ e 5% de erro = $34,76$, ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

b) Setor industrial

A figura 3 apresenta a matriz do setor industrial que demonstra

uma situação em que o microcrédito não favorece no caso desse setor, pois embora estatisticamente significativo, a correlação é negativa, com a variável dependente que é o emprego formal. Pode-se supor que para este setor o crédito à micro e pequena empresa seja para a aquisição de máquinas e equipamentos, ocorrendo dessa forma a substituição da mão-de-obra humana que resulta em um impacto negativo quando há as operações de crédito.

Figura 3 - Matriz de correlações de Pearson - Setor indústria

		opmicind	Vaind	salarioind	peaind
Opmicind	Pearson Correlation	1	,496(**)	-,071	,628(**)
	Sig. (2-tailed)		,000	,404	,000
	N	141	141	141	141
Vaind	Pearson Correlation	,496(**)	1	,026	,763(**)
	Sig. (2-tailed)	,000		,652	,000
	N	141	300	300	300
salarioind	Pearson Correlation	-,071	,026	1	,068
	Sig. (2-tailed)	,404	,652		,243
	N	141	300	300	300
Peaind	Pearson Correlation	,628(**)	,763(**)	,068	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,243	
	N	141	300	300	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 4a - Resultado da regressão pooled – Setor industria

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,987 ^a	,973	,972	246,299	1,633

a. Predictors: (Constant), peaind, salarioind, opmicind, vaind

b. Dependent Variable: empind

A PEA, as operações de microcrédito e o Valor Adicionado são as variáveis relevantes que explicam o

modelo proposto que teve um $R^2 = 0,973$ o que indica que as variáveis independentes do setor industrial explicam 97,3% da variável dependente que é o emprego formal.

Figura 4b - Resultado da regressão pooled – Setor industria

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	76,413	32,681		2,338	,021		
	opmicind	-1,8E-005	,000	-,040	-2,211	,029	,592	1,690
	vaind	-5,4E-007	,000	-,078	-3,590	,000	,417	2,398
	salarioind	,012	,013	,014	,950	,344	,973	1,028
	peaind	,755	,017	1,068	43,715	,000	,329	3,038

a. Dependent Variable: empind

Nos coeficientes a operação de microcrédito e o valor adicionado tiveram um impacto negativo sobre a variável dependente.

No modelo para o setor indústria não há problema de multicolinearidade. Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{calc} = 1,633$.

Para $k=4$ e $n = 100$, $DW_L = 1,59$ e $DW_U = 1,76 \Rightarrow$ como $D = 1,633$ não se pode afirmar que há e nem que não há autocorrelação de resíduos, pois o teste cai na zona de indecisão.

Teste de White para heterocedasticidade: $R^2 = 0,270 \times 300 = 81,0 > c_2$ para $n = 50$ e 5% de erro = 34,76, ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

c) Setor de serviços

A figura 5 ilustra a correlação entre as quatro variáveis independentes estudadas para o setor de serviços: operações de microcrédito, valor adicionado, salário e popula-

ção economicamente ativa na relação com a variável dependente que é o emprego formal. Analisando a figura observa-se que as variáveis que influenciam com maior intensidade no emprego formal, ou seja, as variáveis relevantes são: valor adicionado e população economicamente ativa, e as variáveis irrelevantes são microcrédito e salário médio. A operação de microcrédito não é significativa na relação com o emprego formal para o setor de serviços.

Figura 5 - Matriz de Correlações de Pearson - Setor de Serviços

		Opmicro	va	salario	pea
Opmicro	Pearson Correlation	1	,774(**)	,355(**)	,761(**)
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000
	N	300	300	300	300
Va	Pearson Correlation	,774(**)	1	,382(**)	,983(**)
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000
	N	300	300	300	300
Salário	Pearson Correlation	,355(**)	,382(**)	1	,353(**)
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000
	N	300	300	300	300
Pea	Pearson Correlation	,761(**)	,983(**)	,353(**)	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	
	N	300	300	300	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 6a – Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços.

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,999 ^a	,998	,998	600,979	1,894

a. Predictors: (Constant), pea, salario, opmicro, va

b. Dependent Variable: empform

Figura 6b - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-641,810	177,403		-3,618	,000		
	opmicro	2,34E-005	,000	,008	1,908	,057	,397	2,521
	va	1,53E-006	,000	,083	5,549	,000	,031	32,289
	salario	,111	,096	,003	1,157	,248	,831	1,203
	pea	,611	,010	,910	62,662	,000	,033	30,288

a. Dependent Variable: empform

Foi observado que neste modelo ocorreu problema de multicolinearidade, ou seja, impactos que podem ser causados na estimativa dos parâmetros através das variáveis

que tiveram uma multicolinearidade excessiva. Esse problema existe quando as variáveis independentes possuem relações lineares exatas ou aproximadamente exatas, com

o $R^2=0,998$, ou seja 99,8% e por este motivo será retirado do modelo a variável PEA e o modelo será rodado novamente:

Figura 7a - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,985 ^a	,971	,970	2269,580	2,020

a. Predictors: (Constant), salario, opmicro, va

b. Dependent Variable: empform

Dessa forma o $R^2 = 0,971$ a variação das variáveis independentes explica 97,1% da variável dependente.

Figura 7b - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-161,486	669,331		-,241	,810		
	opmicro	3,22E-005	,000	,011	,696	,487	,397	2,521
	va	1,81E-005	,000	,984	61,520	,000	,388	2,579
	salario	-,675	,360	-,020	-1,875	,062	,845	1,183

a. Dependent Variable: empform

Aplicamos os métodos corretivos e observamos assim que, com esse modelo, a multicolinearidade está controlada.

Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{calc} = 2,020$. Para $k=3$ e $n = 100$, $DW_L = 1,61$ e $DW_U = 1,74$ => como $D = 2,02$ não há autocorrelação de resíduos.

Teste de White para heterocedasticidade:

$R^2 = 0,796 \times 300 = 238,8 > c^2$ para $n = 50$ e 5% de erro = 34,76

Ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

Resultados da Análise de Dados em Painel

a.1) Estimando por efeitos fixos para o setor agrícola:

Tabela 3 – Resultados dos efeitos fixos –Setor agrícola

Fixed-effects (within) regression		Number of obs = 181				
Group variable:		Number of groups = 74				
R-sq: within = 0.9998		Obs per group: min = 2				
between = 1.0000		avg = 2.4				
overall = 1.0000		max = 4				
corr(u_i, Xb) = 0.4124		F (4,73) = 103148.72	Prob > F = 0.0000			
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empagr	Coef.	Robust Std. Err.	t	P > t	[95% Conf. Interval]	
opmicrag	-6.77e-08	2.42e-07	-0.28	0.780	-5.50e07	4.14e-07
vaagr	9.48e-09	1.56e-08	-0.61	0.546	-4.06e-08	2.16e-08
salarioa	.0017674	.0014009	1.26	0.211	-.0010246	.0045594
peaagr	1.001437	.0017574	569.82	0.000	.9979341	1.004939
_cons	-.3306351	1.076889	-0.31	0.760	-2.476872	1.815682
sigma_u	1.2024236					
sigma_e	.68954008					
rho	.75252772 {fraction of variance due to u_i}					

Fonte: Os autores

a.2) Estimando por efeitos aleatórios para o setor agrícola:

Tabela 4 – Resultados dos efeitos aleatórios –Setor agrícola

Random-effects GLS regression		Number of obs = 181				
Group variable: estado		Number of groups = 74				
R-sq: within = 0.9998		Obs per group: min = 2				
between = 1.0000		avg = 2.4				
overall = 1.0000		max = 4				
corr(u_i, X) = 0 (assumed)		Wald chi2 (4) = 1.07e+06				
		Prob > chi2 = 0 .0000				
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empagr	Coef.	Robust Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
opmicrag	6.36e-08	2.32e-07	0.27	0.784	-3.91e-07	5.18e-07
vaagr	-8.94e-09	9.23e-09	-0.97	0.333	-2.70e-08	9.15e-09
salarioa	.0013442	.0012665	1.06	0.289	-.0011381	.0038266
peaagr	1.002737	.0010671	939.65	0.000	1.000645	1.004829
_cons	-.3267477	.7866393	-0.42	0.678	-1.868532	1.215037
sigma_u	1.029191					
sigma_e	.68954008					
rho	.69018986			(fraction of variance due to u_i)		

Fonte: Os autores

O modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado ao setor agrícola devido ao fato que fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 2,390 significativo ao nível de 5% de erro mostra que o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado ao setor agrícola.

A análise de painel dos efeitos aleatórios para o setor agrícola apresenta a População Economicamente Ativa como a variável independente que é significativa e que influencia na geração de emprego, a variável dependente. Esta situação pode se ocorrer, na população economicamente ativa, pela hipótese que neste setor ao se atingir a idade de 15 anos (base utilizada para este estudo) a pessoa é inserida no mercado de trabalho em algumas ocorrências até mesmo antes desta idade. Tal hipótese é empírica e necessita de um maior estudo para o referido setor.

b.1) Estimando por efeitos fixos para o setor industrial:

Tabela 5 - Resultados dos efeitos fixos – Setor industrial

R-sq: within = 0.9532		Obs per group: min = 1				
between = 0.9692		avg = 2.5				
overall = 0.9760		max = 4				
corr(u_i, Xb) = 0.9406		F(4,56) = 1735.07.84				
		Prob > F = 0 .0000				
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empind	Coef.	Robust Std. Err.	t	P > t	[95% Conf. Interval]	
opmicind	-8.18e-06	4.32e-06	-1.89	0.063	-0.0000168	4.72e-07
vaind	-6.28e-88	1.24e-87	-8.51	0.615	-3.12e-07	1.86e-07
salarioi	.0022805	.004326	0.53	0.600	-.0063855	.0109464
peaind	.9891912	.0128445	77.01	0.000	.9634606	1.014922
_cons	-212.4523	23.08093	-9.20	0.000	-258.6889	-166.2156
sigma_u	744.97821					
sigma_e	47.986889					
rho	.99586887 (fraction of variance due to u_i)					

Fonte: Os autores

b 2) Estimando por efeitos aleatórios para o setor industrial:

Tabela 6 - Resultados dos efeitos fixos –Setor industrial

Random-effects GLS regression		Number of obs = 141				
Group variable: estado		Number of groups = 57				
R-sq: within = 0.9461		Obs per group: min = 1				
between = 0.9714		avg = 2.5				
overall = 0.9776		max = 4				
corr(u_i, X) = 0 (assumed)		Wald chi2 (4) = 838.44				
		Prob > chi2 = 0 .0000				
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empind	Coef.	Robust Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
opmicing	-.000011	5.58e-06	-1.97	0.049	-.0000219	-3.36e-08
vaind	-2.26e-07	1.75e-07	-1.29	0.196	-5.70e-07	1.17e-07
salarioi	.010348	.007921	1.31	0.191	-.0051769	.025873
peaind	.7925197	.0791086	18.02	0.000	.6374697	.9475698
_cons	30.27555	33.08703	8.92	0.360	-34.57384	95.12494
sigma_u	271.18329					
sigma_e	47.986009					
rho	.9696218 (fraction of variance due to u_i)					

Fonte: Os autores

O modelo de efeitos fixos é o mais adequado para o setor agrícola. Fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 63,369 significativo ao nível de 1% de erro mostra que o modelo de efeitos fixos é mais adequado ao setor industrial.

No setor industrial a análise da tabela 6 demonstra que as variáveis independentes, operação de crédito

realizado junto às micro e pequenas empresas e população economicamente ativa, são estatisticamente significativas na influência da variável dependente. Entretanto, o impacto das operações de microcrédito é negativa para geração de emprego formal.

Tal ocorrência pode se dar pelo motivo destas empresas do referido setor adquirem o crédito para a com-

pra de equipamentos com o objetivo de aumentar ou agilizar a produção, dentre outros, o que pode acarretar a não geração de empregos ou até mesmo na diminuição destes através das demissões. A averiguação desta e de outras hipóteses para esta situação se faz necessária por meio de um estudo mais aprofundado para esse setor econômico.

c.1) Estimando por efeitos fixos para o setor de serviços

Tabela 7 – Resultados dos efeitos fixos –Setor serviços

Fixed-effects (within) regression		Number of obs = 300				
Group variable: estado		Number of groups = 75				
R-sq: within = 0.000		Obs per group: min = 4				
between = 0.9723		avg = 4.0				
overall = 0.9706		max = 4				
corr(u_i, Xb) = 0.8492		F (3,74) = 97.79				
		Prob > F = 0 .0000				
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empform	Coef.	Robust Std. Err.	t	P > t	[95% Conf. Interval]	
opmicro	.0000239	.0000333	0.72	0.474	-.0000423	.0000982
va	.0000131	1.12e-06	11.68	0.000	.0000189	.0000153
salario	-.5138012	.1240169	-4.14	0.000	-.7609103	-.2666922
_cons	519.975	250.6978	2.07	0.042	20.45025	1019.503
sigma_u	4239.3049					
sigma_e	432.51796					
rho	.989698 (fraction of variance due to u_i)					

Fonte: Os autores

c.2) *Estimando por efeitos aleatórios para o setor de serviços:*

Tabela 8 - Resultados dos efeitos aleatórios –setor serviços

Random-effects GLS regression		Number of obs = 300				
Group variable: estado		Number of groups = 75				
R-sq: within = 0.8998		Obs per group: min = 4				
between = 0.9722		avg = 4.0				
overall = 0.9706		max = 4				
corr(u_i, Xb) = 0.8492		Wald chi.2 (3) = 433.25				
		Prob > F = 0 .0000				
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empform	Coef.	Robust Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]	
opmicro	.0000221	.0000378	0.59	0.558	-.0000519	.0000961
va	.0000152	1.02e-06	14.91	0.000	.0000132	.0000171
salario	-.6554477	.1605365	-4.08	0.000	-.9700935	-.340802
_cons	337.3527	380.8083	1.02	0.308	-358.5178	1134.223
sigma_u	4239.3049					
sigma_e	432.51796					
rho	.989698		(fraction of variance due to u_i)			

Fonte: Os autores

Na análise de dados em painel identifica-se que o modelo de efeitos fixos é mais adequado ao setor de serviços. Fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 120,894 significativo ao nível de 1% de erro mostra que o modelo de Efeitos Fixos é mais adequado ao setor de serviços.

No setor de serviços que neste estudo foi unido ao do comércio, o valor adicionado e o salário foram as variáveis independentes que mais influenciaram a variável dependente. A hipótese para a influência positiva do valor adicionado é que seja

devido ao aumento de pessoas com maior poder aquisitivo no mercado, o que gera consequentemente uma demanda maior de mão-de-obra para atender o mercado consumidor. Já o salário quando aumenta o valor da remuneração influencia negativamente na geração de empregos. Esta situação também necessita de um estudo mais aprofundado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo apresentar o possível desen-

volvimento gerado nas micro e pequenas empresas sergipanas ao obter crédito para financiar a produção no período de 2009 a 2012 referentes aos financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego dos municípios. Para isso foi realizada uma análise de dados em painel com a finalidade de identificar as principais variáveis que impactam o nível de emprego dos municípios sergipanos no período de análise. Através da metodologia de pesquisa utilizando a técnica de análise de dados em painel.

Em suma, na maioria dos testes realizados no âmbito do presente trabalho a população economicamente ativa, valor adicionado e o salário médio foram os principais condicionantes para o crescimento do emprego formal nos setores da economia de indústria, serviço (que agrega neste trabalho o setor comércio) e agrícola. As operações de crédito junto às micro e pequenas foi uma variável significativa apenas no setor industrial. No entanto, o impacto desta variável foi negativo para este setor.

O setor agrícola apresentou a População Economicamente Ativa como a variável independente que é significativa e que influencia na geração de emprego, que é a variável dependente que está sendo estudada. Esta situação pode-se ocorrer, na população economicamente ativa, pela hipótese que neste setor ao se atingir a idade de 15 anos (base utilizada para este estudo) o indivíduo normalmente é inserido no mercado de trabalho e em algumas ocorrências até mesmo antes desta idade. Devido muitas vezes a necessidade de mão de obra no campo. Tal hipótese é empírica e necessita de um maior estudo para o referido setor.

No setor industrial as variáveis independentes: operação de crédito realizada juntos às micro e pequenas empresas e a população economicamente ativa foram as estatisticamente significativas na influência da variável dependente. Entretanto, a variável operação de crédito teve impacto negativo na geração de emprego formal, fato que foi constatado através da análise de dados em painel na tabela de efeitos fixos que de acordo com os testes foi a que melhor apresentou os resultados durante este estudo.

Tal ocorrência pode ser pelo motivo destas empresas do referido setor adquirirem o crédito para a compra de equipamentos e máquinas com o objetivo de aumentar ou

de agilizar a produção, dentre outras hipóteses que podem ser consideradas. Esta situação considerada no mercado econômico pode acarretar a não geração de empregos ou até mesmo na diminuição destes através das demissões. Considerando que quando a empresa se mecaniza, principalmente no setor industrial, o foco é aumentar a produção e diminuir a mão de obra para baratear os custos. A averiguação desta e de outras hipóteses para esta situação se faz necessária por meio de um estudo mais aprofundado para esse setor econômico.

No setor de serviços, que neste estudo foi unido ao do comércio, foram o valor adicionado e a remuneração média nominal as variáveis independentes que mais influenciou a variável dependente que foi o emprego formal. A hipótese para a influência positiva do valor adicionado é que os investimentos e aumento de pessoas com maior poder aquisitivo da população no mercado econômico aumenta a procura pela aquisição de serviços e produtos. Por conseguinte, a necessidade de pessoas para ocupar novos postos de trabalho que surgem devido à demanda no setor de serviços predomina a mão de obra.

Já a variável remuneração média nominal para este setor pode ter influenciado de forma que quando aumenta o valor da remuneração o impacto é negativo na geração de empregos. Ehrenberg e Smith (2000) pontua a seguinte colocação sobre o tema: à medida que os salários aumentam, duas coisas podem acontecer primeiro, mais trabalhadores entram no mercado de trabalho e segundo salários em expansão induzir os empregadores a procurar menos trabalhadores. Na situação estudada o que pode ter acontecido foi a segunda hipótese. Entretanto, o estudo deve ser mais aprofundado para o setor .com a finalidade de

averiguar o caso com mais detalhes de ocorrências.

Nos setores econômicos estudados a variável de operação de crédito junto as micro e pequenas empresas apareceu estatisticamente significativa apenas no setor industrial. Entretanto, o impacto teve uma influência negativa na variável dependente emprego formal. O que implica a negação da hipótese de que as operações de crédito influenciam positivamente a geração de emprego formal ocasionando um maior desenvolvimento local.

Para trabalhos futuros a proposta é de realizar um estudo regional considerando as demais instituições financeiras que ofertam o crédito a essas empresas ou ainda realizar um estudo por setor que avalie hipóteses com a finalidade de refutar ou validar as ocorrências do resultado que foram gerados pelas variáveis independentes sob a variável dependente.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Victor Leonardo de. **Preferência Pela Liquidez Dos Bancos Públicos No Ciclo De Expansão Do Crédito No Brasil: 2003 – 2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

ANUÁRIO DO TRABALHO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/2012/anuario-Sebrae.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **O acordo de Basileia, 2014^a**. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?BASILEIA>> Acesso em: 26 jul. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatórios de Estabilidade Financeira dos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014**. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/?relestab>>
Acesso em: 22 jul. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
– BACEN. **Composição**, 2010.
Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>> Acesso em:
13 nov. 2014.

BANCO DO BRASIL. *Banco Popular Do Brasil*. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8900,8923,0,0,1,0.bb?codigoMenu=5415&codigoNoticia=8133>>. Acesso em 21 jul. 2014.

BANCO DO NORDESTE.
Programação regional FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, 2015.
Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao_FNE2015_Janeiro/d997cda8-a6b5-440c-9dae-592ceb61cf09>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil** – um estudo qualitativo em duas cidades. BNDES, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: Oportunidades e Riscos. **Observatório da Economia Global**, Textos Avulsos, n. 4. 2010a

CARNEIRO, Ricardo. A supremacia dos Mercados e Política Econômica do Lula. **Política Econômica em foco**, n. 7, 2006.

CARNEIRO, Gustavo Dórea. **Desenvolvimento Econômico Regional: O Estado De Sergipe, Desafios e Oportunidades No Mercado De Crédito**. 2010. 75 f. Dissertação de Mestrado.

Universidade Federal de Sergipe. Em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, São Cristovão. 2010b.

CARTÃO BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/Cartao_BNDES/index.html> Acesso em: 4 maiO 2013.

CARTILHA – CARTÃO DE CRÉDITO. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/cartilha.pdf>> Acesso em: 12 maiO 2015.

CECATTO, Claurenice Sulzbach. **Micro e Pequenas Empresas: O difícil acesso ao crédito**. 73 f. Trabalho (Conclusão de especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. Em Administração, Rio Grande do Sul. 2007.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. A reestruturação do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. **Política Econômica em Foco**, n. 7, nov. 2005/abr. 2006, 292 – 318. IE/UNICAMP, 2006.

COASE, Hanrry Ronald. *A Natureza da Firma: Significado*. **Revista de Direito, Economia, e Organização**, v. 4, n. 1 (Primavera 1988), p. 19-32. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765012>> Acesso em: 3 nov. 2008

COASE, Hanrry Ronald. A Natureza da Firma: Influência. **Revista de Direito, Economia, e Organização**, v. 4, n. 1, p. 33-

47, 1988. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765013>> Acesso em: 3 nov. 2008

COASE, Hanrry Ronald. A Natureza da Firma: Origem. **Revista de Direito, Economia, e Organização**, v 4, n. 1, p. 3-17, 1988. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765011>> Acesso em: 3 nov. 2008

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert S. **A Moderna Economia do Trabalho: teoria e política pública**. 5. Ed., São Paulo: MAKRON Books, 2000.

FERREIRA, F. M. R, MEIRELES, B.B. (Org.). **Ensaio Sobre A Economia Financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

FARIAS, Demóstenes Moreira de. *O crédito Oficial e o Emprego uma avaliação quali-quantitativa em micro e pequenas empresas de Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil*, 2011.

GONÇALVES, Thiago C. **O sistema financeiro brasileiro: evolução do crédito no Brasil pós-Plano Real**. Monografia (Ciências Econômicas) - Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2007.

GOIS, de F. Francisco; SANTOS, Arnaldo. **Microcrédito e desenvolvimento regional/ Fundação Paulo Bonavides**. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premium, 2011.

- GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Brasil em Desenvolvimento 2010, Estado, Planejamento e Políticas Públicas. (v. 1).
- IBGE. Pesquisa anual da indústria da construção – PAIC, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/conceito.shtm>> Acesso em: 17mar. 2015.
- LEAL, Rodrigo Mendes.; PAULA, Luiz Fernando de. Custo Do Crédito No Brasil: Uma Avaliação Recente. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 91-102, set. 2006.
- LEITE, Helio de Paula. **Introdução à administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 12 p.
- LUNDBERG, Eduardo Luis. Os Bancos Oficiais e Crédito Direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? **Trabalhos para discussão**, Banco Central do Brasil, n. 258, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2015
- MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTINEZ, Luiz Frutuoso; FERREIRA, Aristides Isidoro. **Análise de dados com SPSS – Primeiros Passos**. Escolar Editora, 2007.
- OBSERVATÓRIO DE SERGIPE – **Superintendência de Estudos e Pesquisas. PIB – Produto Interno Bruto , 2002-2012**. Disponível em: <<http://www.observatorio.se.gov.br/tabelas.html>> Acesso em: 17 mar. 2015.
- OLIVEIRA, O. V. de; FORTE, S. H. A. C. A Indústria Bancária Brasileira: construindo cenários prospectivos e identificando as estratégias de utilização mais provável. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Portugal, v. 8, n.2, abr./jun. 2009.
- OLIVEIRA, O. V. de; FORTE, Sergio H. A. Cavalcante. O Relacionamento das MPE da Região Nordeste com os Bancos Brasileiros. In: SEMEAD, 16., 2013, Fortaleza, 2012. **Anais...** Fortaleza, 2013.
- ORTOLANI, Edna Mendes. **Operações de crédito no mercado financeiro: modalidades, aspectos legais e negociais, matemática financeira aplicada, esquemas gráficos, riscos associados a produtos, operacionalização**. São Paulo: Atlas, 2000.
- PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de; RAMALHO, Ronichélida Xavier. Constituição e extinção de microempresas em Juazeiro do Norte – CE. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.
- PROGRAMA BNDES DE MICROCRÉDITO. **BNDES Microcrédito**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/index.html> Acesso em 4 jul. 2013.
- SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHUMPETER, Joseph Alois, 1983-1950. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SECURATO, José Roberto. **Crédito – Análise e Avaliação do Risco – Pessoas Físicas e Jurídicas**. São Paulo: Saint Paul, 2002.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Critérios e conceitos para a classificação da empresa**, 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>> Acesso em: 5 jul. 2013.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/RS. **Passo a passo para obter crédito**, 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/passo-a-passo-para-obter-credito>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

SOBRAL, Filipe; PECI Alketa.
Administração: teoria e prática
no contexto brasileiro. São Paulo:
Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo
de. **Economia brasileira
contemporânea:** de Getúlio a Lula.
2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO,
Eduardo Costa; A economia

política dos governos FHC, Lula
e Dilma: dominância financeira,
bloco no poder e desenvolvimento
econômico. **Economia e Sociedade,**
Campinas, v. 21, Número Especial,
p. 909-941, dez. 2012.

TOMISLAV, R. Femenick.
**Alavancagem operacional,
financeira e combinada.** Disponível
em: <[http://www.tomislav.com.
br/alavancagem-operacional-](http://www.tomislav.com.br/alavancagem-operacional-)

financeira-e-combinada/>. Acesso
em: 16 jul. 2014.

VENTURA, Osvaldo de Sousa.
**Mapa da Inclusão Financeira
no Estado de Sergipe.** 2013.
122f. Dissertação (Mestrado) –
Universidade Federal de Sergipe.
Em Desenvolvimento Regional
e Gestão De Empreendimentos
Locais, São Cristóvão – SE, 2013.